



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 118 - 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1996 - R\$ 1,00

**Para barrar o desemprego, derrubar
o congelamento dos salários,
defender as conquistas sociais
e por abaixo o plano de fome,
antinacional e antipopular de FHC**

**Organizemos a luta nacional de massa
contra o governo e os patrões**

**Campanha do POR:
56 anos da morte
de Leon Trotsky**

**Defendamos as idéias do
marxismo-leninismo-trotskismo
Em defesa da Revolução Proletária
e do Socialismo Científico**



VOTO NULO

**Contra a fome, a miséria e
a politicagem burguesa!**

**Por um programa anticapitalista
e um partido revolucionário!**

POR *Tendência pelo Partido Operário Revolucionário*

A QUINZENA DE LUTA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

A violência dos capitalistas contra a classe operária deve ser implacavelmente denunciada. Trata-se do desemprego, da falta de segurança no trabalho, do salário mínimo de fome, do calote no pagamento dos salários.

Trata-se da repressão policial e patronal contra as manifestações reivindicatórias, das condições subumanas e miseráveis a que se submetem milhares de famílias por não conseguirem sequer pagar aluguel e se alimentar. Trata-se da marginalização a que ficam do lazer, do conhecimento e do estudo, tanto pela exaustiva jornada de trabalho quanto pela elitização da cultura imposta pela burguesia.

As passeatas, protestos de rua e ocupações de fábricas são os métodos para arrancar dos capitalistas o salário mínimo vital, de acordo com as necessidades básicas vitais, que capacite os trabalhadores a se alimentarem, ter moradia, se vestir, estudar e passear.

A classe operária, empregados e desempregados, precisa sair em defesa do trabalho, exigindo a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, para garantir trabalho a todos. A violência do desemprego é uma das causas do plano neoliberal de abertura de mercado às importações e às privatizações das estatais, que obriga os patrões utilizar qualquer método

(transferência das fábricas onde os impostos e salários são menores, demissões em massa, horas extras) para continuar enriquecendo.

O método usado pelas direções sindicais, que submetem os operários às "promessas" e negociações intermináveis dos patrões é o método usado pelos corruptos em troca de favores. Os operários, para conquistar melhores condições de vida e de trabalho, têm seu próprio método de luta, justamente por terem interesses diferenciados dos interesses dos capitalistas.

* Químicos da Unipar, em greve há 12 dias, distribuem frangos e panfletos à população denunciando demissões e falta de segurança que podem causar acidentes na região de Mauá.

* Operários da Metalúrgica Irene em greve pela morte de companheiro em acidente de trabalho. Exigem melhores condições de trabalho e segurança.

* Operários da CTC Eletroblindados em greve contra atraso do salário de agosto.

* Operários do setor de motores de caminhão da Mercedes-Benz, de São Bernardo fazem protesto pela reposição da inflação de novembro a julho (10%), descongelamento das faixas salariais e acordo do estatuto da comissão de fábrica.

* Petroleiros fazem campanha pela reposição de 22%, 12% de produtividade e PLR. Petrobrás oferece abono de 50% do salário base variável de acordo com a função.

* Operários da Construtora Presidente em greve exigindo reajuste de 16% concedido pelo TRT em maio.

* Peões da Projeto e Construções realizam greve exigindo registro em carteira, café da manhã e equipamentos de segurança. Patrões também não pagaram 16% julgado pelo TRT.

* Operários da Horus Serra acampam na fábrica para impedir saída das máquinas.

* Greve das Costureiras considerada não abusiva pelo TRT. Patrões têm de pagar 17% de reajuste, tíquete

de R\$ 8,00 e café da manhã. Não cumprem nada.

* Operários da empreiteira Arca em greve contra o atraso no pagamento do salário de julho e adiantamento de agosto.

* Metalúrgicos da Sylvania em greve por reajuste de 8,86%, sábados livres e PLR.

* Funcionários da Sabesp aceitam proposta de abono de PLR de R\$ 450,00 e 66% pagamento proporcional de acordo com a função e fazem greve relâmpago.

* Cervejeiros da Antarctica protestam na porta da fábrica, na Mooca, contra demissões. A empresa alega queda na venda de cervejas durante o inverno!

* Trabalhadores da Café Domínio, há mais de 2 meses em greve, fazem protesto cobrando parte dos salários atrasados há um ano. Patrões querem pagar R\$ 100,00 a cada trabalhador para retornarem a produção, já que chegaram novos pedidos de exportação. Não depositam FGTS há mais de 12 anos.

* Metalúrgicos da Pérsico Pizzamiglio impedem retirada das máquinas pelo banco Gulf Invest. Operários estavam há 15 dias em greve.

* Costureiras da Trick For levadas para distrito policial por fazer protesto em frente a fábrica. Policiais quebram câmera fotográfica de manifestante.

* Operários da Mogi Café Solúvel, após um mês em greve, retornam ao trabalho com promessa de pagamento do salário de julho.

* Metalúrgicos da antenas Olympus, em greve contra demissões, retomam o trabalho.

* Metalúrgicos da Sofunge continuam em vigília para impedir a retirada do maquinário.

* Portuários de Paranaguá fazem greve de 24 horas e interditam a BR-277 em protesto contra a lei federal 8.630 de privatização dos portos.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTES JORNAL

Eleições refletem crise interburguesa

Os trabalhadores devem atacar o governo e os patrões com a luta nacional de massa

As pesquisas eleitorais indicam um crescimento nacional dos partidos direitistas PFL e PPB. Juntos, devem eleger metade de todos os prefeitos do país. A previsão é de que, das oito maiores capitais, elegerão seis prefeitos, três cada um, e têm grandes possibilidades de levar São Paulo e Rio de Janeiro.

O PSDB de FHC vai muito mal nas maiores capitais e só tem vantagem no Ceará e Mato Grosso do Sul. Mas no Ceará o PSDB representa praticamente uma fração, sendo instrumento de uma parcela das oligarquias da região, em choque constante com o grupo do sudeste industrializado. Em geral, o PSDB sofre as conseqüências de um crescente descontentamento da população com a política econômica do governo FHC, que tem se traduzido em recessão e desemprego. A frente nacional PFL/PPB conseguiu isolar e enfraquecer o PSDB, e agora se projeta com força para pressionar o governo para aumentar sua influência na política econômica, e já faz planos e campanha para as eleições presidenciais de 1998.

O PT ressurgiu das cinzas da última campanha presidencial. Apesar de se mostrar incapaz de conquistar as principais capitais do país, deve ganhar em Porto Alegre (RS), disputa em Belo Horizonte e tem uma boa votação em São Paulo, polarizando com o candidato mais apontado nas pesquisas, assim como em outras importantes cidades. O PT reformista afirma que aprendeu a lição dos últimos pleitos eleitorais e administrações municipais e estaduais. Para a direção petista, trata-se de buscar mais apoio e confiança de setores da burguesia. "Governar para todos" e não "apenas para os mais necessitados" é o que declaram. O relativo crescimento nacional reforçará as tendências do partido a assumir um caráter cada vez mais burguês, de defesa de um "capitalismo com justiça social", engodo populista eleitoreiro usado para enganar os explorados e mantê-los sob o chicote dos exploradores. Essa linha trará influências nefastas para as organizações de massa dirigidas pelo reformismo, que se afundarão ainda mais na política de colaboração de classes.

Os oprimidos devem atacar a burguesia entreguista dividida

O resultado provável das eleições municipais reflete os principais conflitos interburgueses ao redor do ritmo e alcance das reformas neoliberais antinacionais e antipopulares ditadas pelo imperialismo. As oligarquias regionais do norte/nordeste, que detêm grande influência no aparelho do estado burguês, estão descontentes com o pouco conseguido do governo em benefício e diferenciação fiscal a favor dos estados menos desenvolvidos. O PPB malufista, que representa as oligarquias do sul/sudeste mais reacionárias e ligadas ao imperialismo, pretende acelerar o plano neoliberal em especial quanto às privatizações e abertura de mercado. Ambos se chocam com o PSDB, que tem expressado a burguesia industrial do sudeste, principal participante do Produto Interno Bruto, mas minoritária no aparelho do estado. Essa fração capitalista também pró-imperialista busca limitar e negociar com o imperialismo o alcance da destruição das fábricas, inevitável pelo aumento da penetração estrangeira. Negase a estabelecer um maior favorecimento às regiões mais atrasadas.

A frente nacional formada pelo PFL com o PPB malufista expressa um deslocamento de forças burguesas. O PFL de Antônio Carlos Magalhães pretende se fortalecer e ter maior influência na política econômica, atualmente concentrada nas mãos do PSDB. E prepara o caminho para as eleições presidenciais de 1998. Isso não quer dizer que necessariamente se afastará do PSDB. Pode utilizar o cacife eleitoral para melhorar sua posição nas barganhas com o partido de FHC. Ou pode se aliar ao PPB malufista para se alçar à presidência.

De toda forma, as eleições mostraram um agravamento da crise política. O aumento da divisão interburguesa cria melhores condições para um avanço do movimento operário. Entretanto, a situação favorável à luta é bloqueada pela política colaboracionista das frações da burocracia sindical, que paralisam as organizações de massa e as colocam a conciliar com os patrões e o governo. Rejeitam a luta aberta contra o desemprego, o que por si só é uma traição aos trabalhadores, preferindo reivindicar uma política de desenvolvimento, com juros mais baixos, benefícios às microempresas etc. Se os patrões procuram iludir os trabalhadores com as promessas eleitorais e apresentar o desemprego como consequência natural da mal chamada "globalização" da economia, os dirigentes sindicais os ajudam quando se negam a reivindicar o pleno emprego e se limitam a chamar os trabalhadores a votarem nesse ou naquele candidato.

A real defesa das condições de vida das massas depende da ruptura com essa política traidora. O partido revolucionário, em construção, intervém nas eleições denunciando a farsa da democracia burguesa, que é decidida entre os grupos capitalistas e é usada para manter a exploração de classe; defendendo a ação direta das massas como método que permite a defesa das condições de vida e abrindo o caminho para a destruição do capitalismo; e o programa revolucionário, que aponta para a revolução proletária, única forma de destruir o capitalismo e se chegar ao socialismo.

Se pudéssemos inscrever candidatos, o faríamos sobre esses princípios. Defendemos junto às correntes de esquerda uma frente sobre a base desses princípios, mas todas se colocaram à reboque do reformismo, ajudando a alimentar as ilusões no engano eleitoral. Por isso não restou outra alternativa: chamamos os oprimidos a se colocarem pelo voto nulo, contra a fome, a miséria e a politicagem burguesa, por um programa e um partido revolucionários.

Nacional



São Paulo:

O malufismo se projeta e o PT perde o controle dos movimentos sociais

Em São Paulo, o crescimento relâmpago do candidato malufista Celso Pitta espanta os reformistas do PT. Há dois meses, a candidata petista Luíza Erundina liderava as pesquisas com 20% a 30%, e Pitta era lançado com 2%. Hoje, Pitta está com cerca de 40%, e pode vencer até no primeiro turno.

É claro que tem grande influência o poder econômico e a máquina da prefeitura, com orçamento de 5 bilhões de reais. A campanha de Pitta é a de maior previsão de gastos. Mas não fica muito atrás da de José Serra, do PSDB, que está mal nas pesquisas. Em toda eleição, os grupos capitalistas dão milhõ-

es para os gastos de campanha dos principais concorrentes, que ficam comprometidos com esses grupos. Todos conhecem as doações fabulosas às campanhas feitas pelos Odebrecht, Itaú, Pão de Açúcar etc. aos candidatos dos principais partidos, incluindo o PT. É assim que se decide de fato quem vai governar, com base nas alianças dos bandos capitalistas. Os trabalhadores são enganados pensando que seu voto decide algo que já foi acertado entre seus exploradores.

Mas o fator econômico não é o único. O fracasso de Serra expressa o descontentamento da população com o governo FHC, principalmente pelo desemprego e recessão. Esse descontentamento nem sempre caminha para a esquerda, atualmente caminha para a direita. O que não quer dizer que não haja tendência de luta contra o governo, mas não há partido constituído que expresse essa tendência eleitoralmente.

O PT sofre com a perda de controle

dos movimentos populares. Baseado no assistencialismo e na pressão institucional, o PT dominava esses movimentos, principalmente durante a gestão de Erundina. Com a perda da prefeitura e com a ação da administração malufista, o reformismo foi tendo seu controle diluído. Maluf conseguiu "comprar" uma série de movimentos com as armas do PT, o assistencialismo do PAS, Cingapura e Leveleite.

O fracasso do PT prova a necessidade da organização independente e baseada na luta direta dos movimentos populares. Somente com uma linha de mobilização permanente e elevação da consciência de classe é possível colocar os movimentos populares no caminho da luta anticapitalista e livrá-los da manipulação assistencialista. Isso depende da construção de frações revolucionárias, baseadas num programa proletário, nos movimentos populares.

Nacional



Esquerdas ajudam a alimentar ilusões nas eleições

As correntes de esquerda tem atuado nas eleições sem denunciar a democracia burguesa como uma farsa que mantém a exploração de classe, sem defender a ação direta das massas, sem um programa classista. Arrastando-se atrás do reformismo, o PSTU defende as "prefeituras socialistas", que seriam administradas em favor dos trabalhadores e não dos patrões. Os programas de campanha revelam-se reformistas porque limitam-se a proclamar que é possível administrar melhor as prefeituras, enquanto negam-se a apontar aos assalariados a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Apresentam o engodo

do governo dos trabalhadores, utopia revisionista do marxismo e velharia desenterrada várias vezes pela socialdemocracia, pelo estalinismo etc. O marxismo, ciência do proletariado, provou que jamais os assalariados chegarão ao poder pela via eleitoral, que é o campo próprio da burguesia. No âmbito municipal, só tem sentido uma política que permita às massas transformar a municipalidade em uma trincheira revolucionária contra o poder central burguês. Para isso, há que se defender a constituição e soberania de organismos populares, que tenham poder de controle sobre os próprios candidatos eleitos. Tal tese certamente não cabe no programa demagógico das esquerdas e na orientação eleitoreira.

Contrariamente, os revisionistas se negam a defender um programa antiimperialista e anticapitalista, e o método de luta correspondente. Assim, cansaram o reformismo petista de tanto pedir-lhes que assumissem a bandeira do governo dos trabalhadores. Chutados pelos petistas, que

caminham para a direita buscando a confiança de setores cada vez maiores da burguesia, foram obrigados a tomar sua própria bandeira em mãos e a defendê-la junto às massas. Repete então o discurso petista de alguns anos atrás.

Mas não ficaram sozinhos nessa. O grupo altamirista PCO implorou por uma frente com o PSTU, sobre a base de um programa comum. Mas o PSTU descontou neles o chute que levou do PT e negou-se a fazer a frente na maior parte das cidades. O PCO em resposta decidiu apoiar o PSTU, numa demonstração aguda de oportunismo. Chamam isso de apoio crítico. Mas não se vê qualquer crítica. Mais apropriado seria chamá-lo de *apoio acrítico*.

A atuação das correntes de esquerda nestas eleições municipais mostra que estão longe de uma política revolucionária. A denúncia da política enganadora apresentada por elas nas eleições é parte da luta pela construção de um autêntico partido operário revolucionário.

O PT segue seus opositores

Nas cidades em que está disputando a vaga ao segundo turno, o PT tem se arrastado atrás da política de seus adversários. Basta atrair intenções de voto e o PT já apóia qualquer proposta. Em São Paulo, por exemplo, a candidata Erundina passou a afirmar que, se eleita, prosseguirá com o PAS e o Cingapura. Trata-se de uma capitulação vergonhosa do reformismo. O PAS (Plano de Assistência à Saúde) de Maluf é um projeto de privatização da rede hospitalar municipal, que desvia fábulas de dinheiro dos cofres públicos para um limitado pronto-atendimento. O Cingapura é a expulsão de uma parcela dos favelados para a construção de moradias a alto custo,

somente nas fachadas das favelas (os barracos continuam atrás), com objetivos claramente eleitoreiros e de especulação imobiliária (valorização de terrenos próximos). O apoio do PT à privatização da saúde e à demagogia com a moradia popular em troca de votos é expressão da corrupção política mais apodrecida do reformismo.

Esse seguidismo levou o partido à crise interna, que se manifesta na luta entre os que pretendem mudar a linha, dando-lhe coloração mais esquerdista, e de ataque a Maluf, e os mais direitistas, ambos se limitando aos marcos do eleitoralismo oportunista.

O deslocamento do PT para posi-

ções ainda mais burguesas atende também às necessidades de preparar-se o terreno para uma possível aliança com o PSDB, na hipótese do 2º turno. A aliança com o partido do governo neoliberal de FHC mostra como o PT incorporou-se de vez à politicagem burguesa.

Os militantes honestos e combativos têm que romper com esse partido traidor e se colocar pela construção de um autêntico partido revolucionário.

Nacional

Natal

Palavreado, palavreado

A candidatura do PT em Natal, de Fátima Bezerra para prefeita e de Mineiro para vereador, mostra bem como os reformistas são incapazes de enfrentar os partidos burgueses oligárquicos. Isso porque rejeitam assumir um programa de luta anticapitalista e antiimperialista. Em seu lugar se comportam como "poetas" da pior espécie.

A propaganda eleitoral do candidato Mineiro reflete bem os encantamentos pequeno-burgueses de uma pobre retórica. Citemos uma passagem, para que o leitor possa comprovar nossa observação. Diz: "Natal afirma-se cada vez mais como uma cidade simulacro, como um não-lugar, onde a realidade aparece como um produto da construção artificial e ar-

tificiosa do marketing-turístico. Aqui, pratica a arquitetura do despistamento, da não-memória".

Dessa descrição absurda, só pode tirar a conclusão mais estúpida. "É nesse chão que usamos enfrentar o desafio da (re) construção de Natal como uma cidade cidadã". Nesse momento, os sonhadores procuram dar uma pitada de realismo. Diz: "A cidade cidadã que sonhamos e buscamos afirmar em nossa ação política é aquela em que o emprego, a distribuição de renda, a saúde, a educação, a moradia, a preservação do meio ambiente, o lazer e a cultura são tratados não como dimensões a mais do mercado, mas como necessidades fundamentais dos cidadãos".

Como se vê, a praga da cidadania

encarnou de vez nos reformistas imbecis. O grave é que espalham a imbecilidade burguesa por todos os cantos, como supra-sumo da modernidade. Com essa política, jamais o PT poderá fazer qualquer ação conseqüente contra a oligarquia dominante e ajudar os trabalhadores a dar um passo em sua luta contra a opressão capitalista. Pelo contrário, se arrastarão cada vez mais por detrás do poder da burguesia.



Contra as demissões: Ocupar as fábricas

O fracasso da via das negociações de cúpula da CUT com o governo e as tremendas pressões sociais provocadas pelo desemprego massivo fizeram com que a Plenária Nacional da CUT aprovasse a orientação de ocupar a fábrica que demitir. Também se aprovou se fazer uma manifestação (desfile) de desempregados no dia 7 de setembro e um acampamento em Brasília de 9 a 13. Ficou previsto também a realização de um encontro, em dezembro, de todas as Centrais Sindicais, Movimentos Populares e Entidades estudantis.

Tais medidas, sem dúvida, são em si mesmas necessárias como um passo para desenvolver a luta de massa contra o desemprego e a miséria. O

problema está não na sua limitação, uma vez que não se aprovou um programa conseqüente de combate ao desemprego, que implica levantar a bandeira da escala móvel das horas de trabalho, rechaçar as chamadas demissões voluntárias (defendidas por essa mesma direção), combater a linha capitalista da "flexibilização do trabalho" e exigir o salário mínimo de 1500 reais. O problema está em que a burocracia sindical não levará adiante suas próprias decisões. Quando muito, implementará parcialmente. Tal plano, em realidade, é apenas uma ameaça da cúpula da CUT para pressionar o governo a reabrir os canais de negociação e conciliação.

De nossa parte, cabe exigir que a linha da ocupação de fábrica seja levada adiante. Não como medida isolada mas como ação generalizada dos sindicatos, da CUT e movimentos populares. A luta contra o desemprego desta ou daquela fábrica, mas de todo movimento operário e popular. Não se trata de fazer como a Força Sindical (Medeiros), que assumiu a ocupação da Vicunha para logo em seguida enterrá-la.

Ajuda aos bancos eleva dívida pública e pressiona inflação

Os bancos, estimulados pelo Banco Central, tomaram emprestado junto ao governo 4,63 bilhões de reais em julho. Para compensar, o governo foi obrigado a emitir títulos no valor de 2,98 bilhões, que elevaram o dinheiro em circulação no país (base monetária) em 11,54% num único mês.

Essa última ajuda aos bancos criou uma enorme pressão inflacionária, que foi ainda agravada pela necessidade do governo em injetar na economia mais 872 milhões de dólares, por causa das sobras de moeda estrangeira em circulação.

O aumento do dinheiro em circulação cria pressões inflacionárias porque não é acompanhado por um crescimento equivalente da produção. Quer dizer que para o mesmo volume de mercadorias, há mais dinheiro, o que o desvaloriza.

O governo mantém, no entanto, a inflação em índices baixos, porque conse-

gue que o dinheiro excedente não caia de fato no mercado, cercado-o no mercado financeiro com o pagamento de altas taxas de juros. Trata-se de um mecanismo paliativo, uma vez que os juros aumentam a dívida pública, que também pressiona a inflação.

O custo dessas manobras é pago pelos assalariados. Primeiro com a desvalorização dos salários, que não têm correção frente aos preços, que devagar vão subindo mês a mês. Segundo, com o corte de gastos públicos, que se traduz em destruição dos serviços sociais, arrocho salarial e demissões de funcionários e corte de investimentos públicos.

A aplicação do plano recessivo leva à inadimplência e à crise bancária. Quem paga o preço são os assalariados.

Por isso, trata-se de travar a luta pela estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores, rompimento com o imperialismo e não pagamento da dívida externa.

Nacional

Ceará

Uma importante experiência de luta

A greve geral de 21 de junho, apesar do tempo transcorrido, nos deixou uma importante experiência, que deve ser assimilada para os futuros combates. Falamos da contradição entre a linha da direção burocrática da CUT e os instintos de luta dos trabalhadores. Enquanto a burocracia clamava por uma greve pacífica e passiva, as massas procuravam a via do combate.

Em Fortaleza, os trabalhadores tiraram uma grande lição quando se confrontaram com o Batalhão de Choque, com seus cacetetes, seus escudos e sua cavalaria medieval, a mando do governador Tasso Jereissatti, o governo dos empresários. Quem esteve ali aprendeu que a polícia é o braço armado que defende os patrões. A polícia quando batia nos estudantes e operários deixou claro que não existe democracia. O que existe é uma ditadura da burguesia, que espanca, mata, joga na miséria, na fome, nas favelas os trabalhadores. A polícia é o recurso que os patrões usam quando a televisão, a religião e os pelegos já não podem mais impedir a revolta dos explorados.

Apesar da repressão, a passeata prosseguiu pelo Batalhão de Choque da PM, que defendia o patrimônio dos patrões, mas mesmo assim as lojas eram fechadas. O centro da cidade fechou, os traba-

lhadores mostraram o seu poder por um dia. Da passeata vigiada e cercada saiu um grupo que conseguiu ficar livre e, então, por algumas horas as ruas da cidade estavam sob o controle dos explorados. Por algumas horas as bandeiras vermelhas de foice e martelo da T.POR e a massa marcharam unidos.

Esse acontecimento circunscrito a Fortaleza tende no futuro a se generalizar, dada a situação de agravamento da crise social e política no país. O problema está em superar a crise de direção do proletariado e varrer as direções conciliadoras pró-capitalistas, cuja função é de amortecer a revolta dos oprimidos contra os capitalistas e seu governo. É com a estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado) que poremos em pé a ferramenta necessária, que é o partido de classe.

VOTO NULO

Contra a fome, a miséria e a politicagem burguesa!
Por um programa anticapitalista e um partido revolucionário!

POR Tendência pelo Partido Operário Revolucionário



Causa Operária procura obscurecer as divergências programáticas com o POR

Nas eleições da Apeoesp, o POR e Causa Operária (CO) integraram uma chapa frentista (chapa 3) contra a burocracia petista e contra o falso oposicionismo da chapa constituída pelo PSTU, PCdoB etc. Como não poderia deixar de ser, as divergências do POR com CO foram acirradas. Essa corrente se negava a admitir a formulação marxista da defesa da educação vinculada à produção social, não aceitava que a luta antiimperialista consequente pressupõe a frente única antiimperialista, tática apropriada para os países semi-coloniais, rejeitava nossa crítica à estratégia revisionista de governo dos trabalhadores e a defesa do governo operário e camponês (ditadura do proletariado) etc.

Com uma atitude conciliadora oportunista, foi se adaptando à linha programática do POR, introduzindo deformações centristas. Em nosso folheto de balanço das eleições, desenvolvemos essa crítica programática, tarefa que foi negada por todas as correntes. Por que retomamos então o problema?

A razão está em que CO lançou uma campanha infame contra o POR em torno do conflito, ocorrido em São Bernardo, entre seus militantes e militantes da chapa 2. Pretende dar a idéia de que apoiamos a atitude gangsteril da chapa 2 contra um de seus militantes. Em nosso jornal Massas 113, defendemos a convocação de uma assembléia para se apurar os fatos e punir os responsáveis.

É por essa via que também se apuraria a denúncia da chapa 2 de que CO sequestrou as urnas e chamou a polícia para resolver o conflito. Ocorre que CO quer que, de olhos vendados, apoiemos tudo que diz sobre os fatos, independente de sua apuração. Somos radicalmente contra se chamar a polícia para intervir no sindicato por qualquer razão que seja. Eis por que só a assembléia poderia clarear as denúncias da chapa 2 contra CO e de CO contra os agressores.

O único dado evidente para nós foi o da agressão sofrida por Fátima. O que prontamente condenamos como utilização de métodos gangsteris. CO se aproveita dessa colocação política para concluir que apoiamos os agressores, portanto também o método gangsteril.

É preciso recordar que CO se utilizou desse mesmo método contra o POR, preparando seus militantes para nos agredir em frente à fábrica Swift (ex-Bordon), por ocasião das eleições do Sindicato dos Frios/1991. Nesse momento, fizemos uma campanha contra

o método gansteril. Quando CO agride, inclusive preparando antecipadamente, o que é diferente de um choque físico ocorrido numa situação particular de conflito, não é gangsteril. Mas, quando um dos seus militantes é atingido, pretende que todas as correntes o apoiem de olhos fechados.

Como o leitor pode ver temos experiência própria com essa corrente. Agora, a razão dessa campanha infame está na necessidade de CO obscurecer nossas profundas divergências programáticas e o método de atuação nos sindicatos.

CO se apóia na Justiça burguesa para resolver o problema da fraude eleitoral

Essa corrente ficou irada contra a oposição do POR em se recorrer ao mandado judicial contra a fraude. CO fez uma frente com o PSTU e PCdoB (chapa 2) nessa questão. O POR defendeu a linha da denúncia, da mobilização e da defesa de uma assembléia. É interessante como CO faz a inversão de valores. Acusa-nos de ser cavalo de tróia na chapa 3. Porém, numa questão tão essencial como essa, CO capitula perante o método próprio das disputas burocráticas, entrando na Justiça do Estado, contrariando a decisão da maioria da chapa 3. Quem é o Cavalo de Tróia?

Pois bem, no jornal de CO nº 218, essa corrente reafirma sua posição, sem dizer que a chapa 3 votou contra a entrada na Justiça, apenas diz que "suscitou um debate entre setores que se reivindicam da Oposição". CO omite esse fato porque pretende esconder que desrespeitou a decisão da maioria e se uniu com a chapa 2 na busca do árbitro judicial.

É claro que, com uma atitude tão oportunista como essa, só poderia dar uma resposta deslavada e de baixo nível político. Explica que não entrar na Justiça significaria abrir mão de utilizar qualquer conquista democrática que estivesse inscrita em lei. Exemplifica que nesse caso se estaria impedido de exigir direitos como o de reivindicar na Justiça determinadas punições, como no "massacre Carandiru, de Corumbiara ou Eldorado do Carajás". Outro tipo de exemplo também foi utilizado por CO em debates públicos, como no caso de se utilizar da Justiça para mover processos trabalhistas.

Somente um raciocínio tortuoso e oportunista poderia deduzir que o fato de se rechaçar a intervenção da Justiça numa eleição sindical impossibilitaria

de se usar o recurso judicial para um outro tipo de problema como os citados. CO não faz uma distinção essencial de conteúdo entre os exemplos citados e a eleição sindical.

Devemos ter por princípio a rejeição da arbitragem da Justiça em relação aos sindicatos ou não? Devemos rejeitar por princípio a intervenção da Justiça no que diz respeito à violação da democracia operária, como é o caso da fraude, ou não? Aí está nossa divergência. Imagine só os juizes da burguesia sendo convocados a anular as eleições de um sindicato, julgando a burocracia de crime de fraude.

Chamamos a atenção dos militantes e leitores do Jornal Massas para o fato de CO não citar no seu artigo "Sim, pela anulação" o nome de seus opositores, que tem sido o POR. Não é por acaso. Trata-se de uma conduta burocrática e de seita que procura desconsiderar as divergências políticas programáticas de seu opositor. Porém, quando se trata de fazer uma campanha infame dizendo que não condenamos a agressão gangsteril de um de seus militantes, cita sobejamente o nome do POR e de seu jornal Massas.

Essa nossa denúncia não é uma simples quirela. O método como se desenvolve a luta política e as divergências entre as correntes que se reivindicam do marxismo mostra bem a face de cada um. No caso do PCO, mostra claramente sua cara oportunista, falsificadora, gangsteril e anti-democracia operária.



Programa do Partido Operário Revolucionário

(Série de artigos sobre os principais pontos programáticos defendidos pelo POR)

Sobre a aliança operária e camponesa

A luta camponesa no Brasil é fundamental para a marcha da revolução da maioria nacional oprimida contra a minoria capitalista. O movimento dos sem-terra, as ocupações dos latifúndios e o embrião de guerra civil instalado no campo demonstram essa importância estratégica. Entretanto, a classe camponesa, por seu lugar que ocupa nas relações capitalistas de produção, não tem como e não pode ser a força social dirigente da transformação histórica. O seu vínculo com a propriedade privada da terra, a sua dispersão, suas raízes sociais e sua heterogeneidade não permitem que esta construa um programa de solução das tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado e de tarefas socialistas.

Dentre a maioria explorada, a classe que pode e terá de cumprir essa função é o proletariado. Isso porque trata-se da classe explorada genuinamente oposta à classe dos capitalistas. Seu lugar nas relações de produção, ou seja, na produção fabril lhe facultava expropriar os meios de produção e coletivizá-los (socializá-los). Porém, como dissemos, a revolução será de maioria nacional. E esta está constituída pelo proletariado, camponeses pobres e também da classe média urbana arruinada.

O proletariado para se colocar na direção de um movimento histórico de tal envergadura tem de trazer para o seu lado os camponeses. Isso é possível porque as massas agrárias oprimidas cada vez mais se chocam contra o poder latifundiário da burguesia. A proliferação das ocupa-

ções de terra são expressões de uma aguda luta de classe que se desenvolve no campo, de forma ainda paralela à luta de classe urbana. O proletariado ao se colocar por solucionar a entrega das terras aos camponeses pobres, liquidando com o latifúndio, pode estabelecer um vínculo entre a cidade e o campo, através da aliança operária e camponesa. Tal unidade terá força suficiente para deslocar a classe média urbana oprimida para as trincheiras da revolução.

Eis por que a classe operária como força motriz das transformações históricas está obrigada a se soldar com a luta de classes no campo e responder às aspirações democráticas dos camponeses de acesso às terras e derrota dos opressores latifundiários. Tal caminho também é a condição para da segurança às massas pequeno-burguesas urbanas da possibilidade da revolução e, portanto, da erradicação de sua condição de classe arruinada. Certamente, a camada superior da pequeno-burguesia enriquecida e acomodada, tanto no campo quanto na cidade, se alinhará por detrás da reação burguesa. Seus interesses se fundem completamente com os interesses da classe dominante.

O problema central é que a aliança operária e camponesa não tem como ser realizada se não for através do partido marxista revolucionário. A existência de um partido penetrado nas massas, fundamentalmente no proletariado, constitui no fator essencial da aliança porque se trata da direção política e programática da revolução social. O partido marxista, altamente desenvolvido, expressa a transformação do proletariado em classe dirigente da maioria nacional oprimida. O que quer dizer que o proletariado, através de sua vanguarda se transformou de classe inconsciente em consciente. De classe sem programa em classe programaticamente organizada para destruir o Estado burguês e as relações capitalistas de produção. É nessas condições que o campesinato reconhecerá definitivamente o proletariado como aliado e admitirá sua direção na aliança.

Vemos que os reformistas tudo fazem para manter separados os explorados do campo e da cidade. Quando muito fazem a demagogia do apoio burocrático, objetivando trazer os camponeses para a política reformista e de submissão à democracia burguesa. Assim inviabilizam a aliança operária e camponesa e acabam por manter tanto a classe operária quanto a camponesa

sob a influência do Estado, da burguesia e seus partidos.

A reforma agrária, sem dúvida, é uma tarefa tão essencial, sem a qual os camponeses não poderão encontrar a via de sua aliança com o proletariado. Nesse ponto os reformistas trabalham intensamente para esvaziar o conteúdo revolucionário de tal tarefa democrática. Ou seja, a liquidação geral da estrutura latifundiária. Os reformistas transformam a aspiração camponesa pela reforma agrária em política de assentamentos provisórios (porque não sustentáveis economicamente), em reforço da economia familiar pré-capitalista e em toda espécie de atraso, incluindo a preservação da miséria. Para isso, esperam contar com a boa vontade de uma ala burguesa chamada de progressista e modernizadora.

A luta dos camponeses é canalizada para pressionar o governo a realizar os assentamentos, iludindo assim com a possibilidade de uma reforma agrária no interior do capitalismo. Ao contrário, o programa da aliança operária e camponesa responde ao problema da terra através da revolução proletária, que realizará a revolução agrária. Esta pressupõe a nacionalização geral das terras dos latifundiários, que constituem a maioria do território. Não se poderá resolver essa tarefa democrática sem que se derrote o poder geral da burguesia. É uma farsa reformista a tese da possibilidade de se reduzir e se limitar o poder dos capitalistas do campo em favor dos camponeses. Ou se derrota integralmente os latifundiários ou não haverá a libertação dos camponeses do jugo da opressão. E para quebrar o domínio dessa fração capitalista é necessário quebrar a classe capitalista em geral através da revolução proletária.

Como se vê, o destino da classe operária está atado ao dos camponeses quanto à importância que esses têm na luta de classes contra a burguesia latifundiária. E os camponeses estão atados ao destino do proletariado porque somente este pode destruir o poder geral da burguesia e realizar a revolução democrática como subproduto da revolução socialista. Em síntese aí está um dos fundamentos programáticos do POR que é a aliança operária e camponesa.

Nacional



No dia 29 de agosto, o Comitê Contra a Opressão Social e Política realizou um Ato-Concerto contra as chacinas de camponeses e para denunciar os crimes de classe da burguesia. O Manifesto e as moções abaixo transcritos foram lidos e aprovados pelos presentes. Trata-se de divulgá-lo e organizar por toda parte os Comitês Contra a Opressão Social e Política.

Comitê Contra a Opressão Social e Política

Denunciamos a impunidade das chacinas contra os sem-terra

No manifesto de fundação do Comitê contra Opressão Social e Política, afirmamos que as chacinas de Corumbiara, Eldorado do Carajás e uma série de mortes de lideranças do movimento camponês são crimes de classe. O que quer dizer que a violência reacionária contra os sem-terra objetiva proteger os interesses particulares dos latifundiários e os interesses gerais da classe dominante.

Esse método radical do poder econômico contra os trabalhadores visa, através do terror estatal, destruir o movimento social dos explorados. Eis por que não haverá punição dos culpados das chacinas pelas mãos dos próprios opressores. O governo e a justiça estão a seu serviço. Nesse exato momento, a Justiça Militar do Pará não acatou a denúncia de homicídio intencional contra os militares responsáveis pela morte de 19 sem-terras em Eldorado do Carajás. O mesmo ocorreu com os 12 sem-terras de Corumbiara, mortos em agosto de 1995.

Essa atitude da Justiça apenas comprova o que dissemos sobre os crimes de classe. Por detrás dos policiais criminosos, está o governo do Estado; por trás deste, está o governo federal; e acima de todos eles, está o poder econômico burguês.

Aqueles que querem encarar com seriedade a monstruosidade provocada contra os pobres do campo não podem esconder as relações de classe que a condicionam. Uma vez tendo claro isso, rejeitamos toda ilusão e hipocrisia daqueles que procuram convencer que as chacinas são fatos isolados e que nada têm a ver com a opressão de classe no capitalismo.

Também rejeitamos a idéia de que o poder estatal irá punir os matadores. Nossa conclusão é bem outra: somente os próprios trabalhadores organizados independentemente e através de movimentos sociais coletivos poderão punir os opressores e combater a barbárie. O caminho é constituir um TRIBUNAL POPULAR, constituído pelas organizações operárias, camponesas e movimentos dos explorados em geral. Ou seja, um Tribunal Popular nascido e controlado pelos trabalhadores.

Isso não quer dizer que não devemos denunciar os algozes e exigir punição. Pelo contrário, trata-se de organizar um amplo movimento em torno da exigência de punição dos crimes de classe. Será através dele que colocaremos em pé nossas forças e tomaremos consciência de que podemos combatê-los através da legítima auto-defesa.

As chacinas continuarão ocorrer impunemente enquanto operários, camponeses, estudantes e demais trabalhadores permanecerem em movimentos isolados. Enquanto as reivindica-

ções dos trabalhadores não constituírem um programa único de mobilização geral, as forças patronais poderão agir livremente atentando contra a vida da maioria.

Aos crimes de classe só pode haver resposta de classe, o que quer dizer a união de todos os trabalhadores e oprimidos contra toda forma de opressão social e política.

Nesse exato momento, devido ao aumento da criminalidade nos centros urbanos, determinados setores da minoria exploradora e os mais poderosos meios de comunicação lançaram uma falsa campanha contra a violência. Querem militarizar ainda mais o país. Não faltam os defensores da pena de morte. Devemos rechaçar tal obscurantismo, demonstrando que o avanço da criminalidade e as chacinas urbanas são fruto da decomposição do regime econômico. Não é difícil saber que suas raízes estão no desemprego, na dissolução de milhares de lares operários, na despejo de crianças miseráveis nas ruas, nos milhões que passam fome com um salário mínimo de 112 Reais e no avanço da pobreza absoluta das massas. E os governos e a classe patronal não fazem senão aplicar uma política e medidas econômicas de esmagamento salarial e destruição de postos de trabalho. É nesse contexto econômico e político que se produzem também massacres no campo.

Temos de ter claro que atravessamos uma situação de crise convulsiva. A perspectiva que o capitalismo oferece aos trabalhadores da cidade e do campo é de mais desemprego, fome, miséria e expulsão dos camponeses pobres das terras. Os escravizadores mostram que seu sistema econômico já não consegue sequer sustentar a maioria de seus escravos. E os famintos não têm outra saída senão lutar pela sua sobrevivência e pela transformação histórica. Eis por que a minoria enriquecida está obrigada a agir com a violência reacionária em todas as latitudes.

Nesse ato realizado pelo Comitê contra a opressão social e política, chamamos todos a multiplicarem os esforços em torno da denúncia das chacinas e da punição, bem como da entrega das terras aos camponeses pobres e em defesa de toda e qualquer reivindicação econômica, política e histórica da classe operária.

29 de agosto de 1996

Moções

1º

Os jornais publicaram que a Justiça Militar do Pará não acatou a denúncia de homicídio doloso dos policiais contra 19 sem-terra assassinados brutalmente em

Carajás de Eldorado. Também publicaram provas da responsabilidade do governo do Pará e outras autoridades. A tentativa de se evitar qualquer punição demonstra como os opressores não podem julgar seus próprios crimes. As chacinas dos camponeses foram crimes de classe. Aí está a explicação do porquê não haverá punição dos algozes. Fica claro que somente os próprios trabalhadores poderão julgar e punir os crimes dos poderosos. Assim, defendemos que todas as organizações operárias, camponesas, estudantis e populares façam uma ampla campanha de denúncia dos crimes de classe e se organizem por todo país comitês contra a opressão social e política.

2º

O Ato de denúncia e punição dos responsáveis pelas chacinas dos sem-terra vem perante a Justiça Militar do Pará protestar contra o não acatamento da denúncia de homicídio doloso contra 19 sem-terras de Eldorado de Carajás. Está mais do que evidente que se trata de um assassinato coletivo de trabalhadores do campo. Exigimos punição sem atenuantes a esse ato de barbárie contra os sem-terra.

3º

O Ato contra as chacinas e a perseguição política das lideranças do MST vem protestar contra as acusações infundadas aos sem-terra de Getulina, como a de formação de quadrilha, roubo e outros absurdos. Trata-se de homens lutando pela sobrevivência dos trabalhadores do campo. Não há causa mais justa do que essa. Os qualificativos judiciais a que foram enquadrados podem ser atribuídos aos fazendeiros grilheiros, mas não àqueles que lutam pela sobrevivência da classe produtora. Reivindicamos, assim, que se suspenda tal perseguição política.

NACIONAL



Dia 13 de setembro: Paralisar para barrar a Reforma de privatização do Ensino e exigir reajuste salarial

A reunião do Conselho da Apeoesp decidiu por convocar uma assembleia estadual para o dia 13 de setembro. A tarefa que se coloca é a organização de uma assembleia massiva, para que possa aprovar o caminho da luta e da resistência contra a destruição da escola pública.

A diretoria utilizou de outras "alternativas de luta", ou seja, os abaixo-assinados, as caravanas à Brasília, as ações judiciais etc, e o governo não cedeu um milímetro no seu propósito de municipalização, parcerias com as empresas privadas, fim da estabilidade e arrocho salarial. Recusou, inclusive, abrir uma negociação com as entidades sindicais. O que mostra que essa via adotada de nada valeu. Ao contrário, acabou deixando-o livre para continuar impondo as medidas punitivas, a exemplo da avaliação de desempenho. O mais grave é que essa política contribuiu para desmobilizar o professorado, gerando um

certo descrédito por parte de uma parcela da classe.

A ilusão de que seria possível se utilizar de novas táticas, que não fosse a greve, para impedir as demissões e arrocho, caiu por terra em pouco tempo. O fato da diretoria se opor à organização da classe e inventar os malabarismos das chamadas novas alternativas evidencia a colaboração que tais direções têm dado às reformas neoliberais. O fato de não conseguir canalizar o descontentamento da classe para uma política correta de ação e resistência fez com que a diretoria da Apeoesp se colocasse por detrás da ofensiva de Covas. Não é por acaso que os professores falam por todos os cantos que a Apeoesp só aparece depois do fato consumado. Porém, isso não quer dizer que essa parcela conseguiu compreender a política da diretoria de não confrontar abertamente contra a Reforma de Ensino. Não é à toa que acaba ainda votando na manutenção dessa política, que só tem trazido derrotas.

O descontentamento existente nas escolas é muito grande. É preciso que o professorado discuta os métodos adotados pela diretoria para que possam rechaçá-los. De nada valerá a assembleia do dia 13 de setembro se não for para aprovar o caminho da mobilização. A situação nas escolas está insuportável: avaliação para demitir, a municipalização se implantando, as parcerias se alastrando e nem se fala em repor as brutais perdas salariais. Vamos dar um basta a tudo isso. A confiança na coesão da classe é fundamental.

Organizemos, desde as escolas, os alunos, pais e nossos colegas para a assembleia do dia 13. Não permitiremos que o governo destrua a escola pública.

Por um Congresso com ampla participação da base

A diretoria defendeu no Conselho do dia 16 a diminuição do número de delegados. Ao invés da escolha na escola de 1 para cada 10 professores, um critério democrático, que possibilita um congresso com uma boa representação, a diretoria inventou uma fórmula de 1 para cada 91 associados, limitando o congresso à participação no máximo de 1500 delegados. Tudo isso para que possa ser realizado na cidade de Serra Negra. Discordamos desse critério e propusemos que o mesmo se realizasse na capital, evitando o desperdício de dinheiro para acomodação de uma boa parte de professores que reside na Capital ou na Grande São Paulo. Porém, o Conselho aprovou a proposta da diretoria.

Nesse sentido, estaremos reivindicando a mudança desse critério de delegação na assembleia do dia 13. É importante que os companheiros discutam o problema e aprove um congresso com delegados eleitos nas escolas, com ampla representação e o mais democrático possível.

Um Congresso massivo e democrático só contribuirá para o avanço de nossa luta contra o governo, que implanta a diretriz neoliberal na educação.

Natal

Retrato da educação

A Escola Estadual Paulo Pinheiro de Viveiros é um exemplo em miniatura do retrato escabroso do ensino no Rio Grande do Norte. A direção da escola obriga a utilização da farda (uniforme). Justifica que é necessária para o bom funcionamento da escola. Enquanto isso, faltam carteiras, obrigando os alunos a colocarem uma cadeira sobre a outra para improvisar

mesas, os quadros-negros estão totalmente arranhados, faltam giz e esponjas (apagadores). A escola se gaba de ter um vídeo e uma TV, mas não possui uma sala de projeção; os alunos assistem no chão da sala dos professores, todos espalhados.

Os baixos salários fazem com que os professores (principalmente à noite) tenham outras atividades e o ensino apenas como "bico". Essa situação esdrúxula, faz com que não possam cumprir o horário de funcionamento. Um exemplo extremo mostra a decomposição do trabalho do professor. Uma professora abandonou o ensino empregando-se numa

casa de prostituição.

Enquanto a escola cai em pedaços, a oligarquia latifundiária se enriquece e os politiquinhos ligados a ela aplicam a política neoliberal de FHC, que privatiza, demite funcionários e reduz as verbas para os serviços sociais. Não há modismo pedagógico que possa reverter essa barbaridade. Somente uma luta séria das massas em todo o país, dirigida pela classe operária, poderá combater a destruição do ensino público e gratuito. Para isso é necessário desenvolver um programa de luta, rechaçar o palavreado da burocracia reformista e constituir o partido do proletariado.



As eleições da AFUSE (Sindicato dos Funcionários da Educação)

As eleições sindicais poderiam servir como uma das alavancas para politizar os trabalhadores. Neste momento, aparecem os diversos posicionamentos políticos. Também poderiam servir na mobilização e mostrar que os trabalhadores são aqueles que decidem e que elegem seus representantes.

Hoje, porém, isso não acontece nos sindicatos. As burocracias procuram dar às eleições sindicais a mesma forma das eleições burguesas, despolitizam, manobram e buscam o voto de cabresto.

Nas eleições da AFUSE essa situação não foi diferente.

A burocracia se constitui numa casta profissional, que vive dos sindicatos e do consentimento do poder patronal, governamental. É uma correia de transmissão da política burguesa para o interior dos sindicatos. Está aí porque faz de tudo para evitar que seja destituída da direção do aparelho. Uma das características de sua ação é eliminar a democracia sindical. Acaba com a liberdade de expressão política dos opositores, mutila as assembléias e afasta a base do controle do sindicato. A burocracia age como proprietária da máquina sindical. Assim, não pode admitir eleições livres e democráticas. Não pode aceitar a politização do pleito, através da disputa programática, da explicação das divergências e da conscientização revolucionária.

A farsa das urnas volantes

As urnas volantes, como nas eleições da Apeoesp, foram novamente usadas na Afuse. Menosprezando a categoria e não divulgando as eleições, a diretoria, ao invés de convocar as bases para votarem no dia 30, usaram o esquema das urnas volantes.

As fraudes do tipo ocorrido na Apeoesp voltaram a se repetir também, e com maior intensidade nas eleições da Afuse. Ambos sindicatos são dirigidos pelo PT-Articulação.

As urnas volantes impossibilitam a discussão de todas as posições políticas na boca de urna, eliminando a discussão de cada uma delas, possibilitando a manipulação dos mesários na hora do voto, transformando-os em votos de cabresto. São uma forma antidemocrática da burocracia escolher quem vota e quem não vota. Leva-se as urnas e se favorece o voto de locais apoiadores da burocracia e se boicota as escolas de base opositora com todo tipo de manobra.

Corrupção e manipulação (São Mateus)

A que ponto chegam as direções sindicais, utilizam (como faz a burguesia) o argumento do dinheiro para continuar sua política de despolitização e atraso dos trabalhadores para impor a linha de conciliação de classes (arrastam os trabalhadores atrás do parlamento burguês, dos vereadores, deputados etc.)

A diretoria da região de São Mateus utilizou o triste argumento de que quem financiava as eleições era a Articulação (corrente que dirige a CUT e a Afuse). Portanto, dessa forma aquele que tem o dinheiro ganha.

A Articulação deu provas de como engana os trabalhadores, de como manipula, de como impede a expressão independente da classe. Deixou a impressão de que seus sindicatos são dirigidos pelo seu dinheiro, como se os trabalhadores não tivessem nenhuma participação, elimi-

na assim a democracia operária e arrasta os organismos de luta dos trabalhadores para as posições e formas burguesas.

A ausência da democracia operária

Em São Mateus, a diretoria regional procurou impedir a saída da Corrente Proletária na Educação na perua em que estavam as urnas volantes, argumentando que não tínhamos chapa para a executiva, que não tínhamos nenhuma proposta, que não tínhamos um mero selo de fiscal e também que o dinheiro usado para as eleições era da Articulação, portanto os fiscais teriam de ser de uma única chapa, a chapa 1. Estes então teriam o direito de acompanhar as urnas.

A utilização do aparelho sindical começa antes, quando em um único boletim informativo, assinado pelo sindicato, a diretoria regional procura fazer campanha de seu nome. Por fim, a tentativa de impedir a saída dos candidatos ao Conselho Regional juntamente com as urnas demonstra a fraude e a utilização da falta de informação dos trabalhadores em relação às eleições.

O discurso assistencialista

A Corrente Articulação instruiu seus diretores regionais a mandarem seus paus mandados a fazerem discursos assistencialistas (convênios médicos, colônia de férias etc.) e mentirosos à categoria e, pasmem, que o sindicato conseguiu a extensão da insalubridade aos demais funcionários, sendo que os processos estavam por anos emperrados nas delegacias de ensino.

O argumento assistencialista das chapas se contrapunha aos sentimentos das bases que questionavam o abandono das reivindicações básicas (jornada de trabalho de 30 horas semanais, aumento do valor facial do vale-refeição e incorporação das demais gratificações ao salário-base).

Está aí a necessidade da construção da Corrente Proletária, pois assim poderemos transformar o instinto de luta em consciência e direção política.

A necessidade da construção de uma Corrente Proletária

Em uma discussão na escola, uma das funcionárias nos perguntou o que fazer para impedir que as direções se corrompam e como podemos ajudar a tirar a burocracia dos sindicatos?

Respondemos: fazendo a defesa de um programa de luta, organizando-se na base e fortalecendo a Corrente Proletária na Educação. Devemos defender a democracia operária, que tem como princípio dar todo o poder à Assembléia Geral. É aí que os tra-

OPRO
Educação



balhadores impedem a corrupção no sindicato, pois decide ponto a ponto o que será feito.

Nas assembleias gerais se controle a direção, se faz um balanço geral de sua atuação e se defende a revogabilidade do mandato se a direção foge ao programa de luta. A assembleia constrói também a luta independente dos patrões, se contrapõe de forma direta e de combate.

Para se varre com a burocracia, dizemos que se faz necessário a construção de uma nova direção classista e fiel ao programa de luta e ao

princípio da democracia sindical.

A Corrente Proletária na Educação trabalha nesse sentido, apoiada na estratégia da classe operária de destruir o capitalismo. Baseia-se na:

- defesa de todo poder às assembleias gerais
- defesa das reivindicações básicas (salário real, diminuição da jornada, defesa do emprego etc.)
- defesa da ação direta para combater os patrões
- construção dos organismos de base nas escolas

O IV Coneg da UBES

O IV Conselho Nacional de Entidades Gerais realizado nos dias 17 e 18 de agosto, no Câmpus I da PUC em Campinas, demonstrou de forma cabal como os jovens estudantes estão sendo ludibriados e arrasados pelas correntes políticas tidas como de esquerda e revolucionárias, para um lamaçal de corrupção eleitoreira e inércia dos movimentos políticos e sociais.

O que se via a todo momento era um desfile de jovens portando camisetas e propaganda eleitorais de candidatos do PT, PCdoB e PSTU às eleições municipais de 3 de outubro. Desde o início, tinha-se a impressão de que se realizaria um concurso de marketing de propaganda eleitoral. Uma grande contradição com os tempos de luta do movimento estudantil.

Discursos e mais discursos, todos inflamados, recheados de palavras de ordem e contestação e repúdio ao governo FHC. Lindo. Mas que desgraça nas suas conclusões! Todos esses partidos chamando a unidade popular eleitoreira, a votar nos candidatos "democratas e progressistas". O apelo sentimentalista predominava.

As denúncias recíprocas mostram a degeneração dessas correntes: O PSTU denunciava os prefeitos do PT que promovem as privatizações e concessões (Ribeirão Preto e Porto Alegre), o agenciamento de mão-de-obra infantil pelas prefeituras do PT em Belo Horizonte, ou o choque com o funcionalismo no caso da Erundina, que, quando prefeita, reprimiu duramente os movimentos. O PT denunciou as coligações eleitoreiras do PCdoB até com setores de direita. O PCdoB denunciou o trabalho do MR-8 em solapar as organizações estudantis, fazendo o serviço reacionário de divisão promovida pela direita.

A Corrente Proletária da Juventude esteve presente no encontro distribuindo seu material. Vários militantes sérios de outras correntes se aproximaram para um debate franco, discutindo a necessidade de se ter um verdadeiro movimento estudantil independente e revolucionário.

Este posicionamento, de que "para se superar o quadro oportunista implantado no interior das universidades e do movimento estudantil é necessário se construir uma corrente proletária da educação, que esteja munida do programa da revolução e ditadura proletárias e seja capaz de transformar as reivindicações mais elementares de defesa do ensino em pontos de apoio para amadurecer a consciência revolucionária da juventude", encontrou apoio entre vários estudantes das várias correntes que participaram do CONEG.

Adquira as publicações do POR:

Revista Socialismo Revolucionário, volumes 1 e 2. – Revista Proletária da Educação, volumes 1 e 2

Leia também os materiais do POR boliviano
Obras Completas de Guillermo Lora – jornal Masas

Revolucion Proletaria – Revisia do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Judiciários-SP

Formar um Comando Estadual de Lutas

A Corrente Proletária no Judiciário vem desenvolvendo um trabalho na base da categoria para formar um Comando Estadual de lutas como forma de enfrentarmos os ataques do governo neoliberal de FHC e Covas (reforma administrativa, da previdência etc.)

Nesse sentido temos chamado reuniões periódicas na capital, bem como contatado outras comarcas para levar a proposta de formação desse comando.

A tarefa de reorganização dos funcionários do judiciário é fundamental, pois se encontra num período de refluxo.

O surgimento do sindicato na categoria foi mar-

cado por um período de ascenso muito grande na classe, inclusive as greves com mais de 60 dias. Mas ao final desse processo, a fração majoritária da direção (CS, hoje PSTU), conseguiu desorganizar a categoria e canalizá-la para a demagogia parlamentar.

Hoje, as péssimas condições de serviço, abuso de juizes e diretores por todas as formas, os salários congelados há mais de um ano, fim da estabilidade e conseqüente demissão, colocam para a categoria a necessidade de uma nova luta de resistência e para isso o primeiro passo é a formação de um comando estadual de lutas.



Governo francês expulsa e desaparece com imigrantes negros

Na segunda quinzena de agosto, o governo francês prendeu centenas de imigrantes negros de vários países africanos, com o pretexto de que estavam em situação irregular. A verdade é que antes do agravamento da crise capitalista, os negros eram bem-vindos à França para assumirem empregos menos qualificados e remunerados. Mas o crescimento do desemprego fortaleceu as tendências fascistas que passaram a exigir a expulsão dos imigrantes, mentindo ao dizer que ocupavam empregos de franceses etc.

Os imigrantes foram presos e mantidos encarcerados. Uma manifestação de franceses contra a opressão aos imigrantes se pôs a reivindicar sua imediata libertação. O governo a reprimiu duramente, com tropa de choque, gás e bombas. Na mesma noite, retirou os imigrantes negros e os levou a um aeroporto próximo, onde foram embarcados não se sabe para onde. Não há nenhuma informação de que chegaram a algum país africano, constituindo-se portanto em desaparecidos.

A atitude fascista do governo francês responde ao agravamento da crise capitalista, que assola o planeta com o desemprego em massa. O avanço da reação capitalista corresponde à incapacidade do governo em responder à crise e à incapacidade do movimento operário e popular em se colocar em pé de combate contra a destruição dos empregos, dos salários e dos direitos sociais. É imprescindível construir o partido revolucionário, que impulsiona a luta de massa.

Manifestação antiimperialista nas Filipinas

No aniversário dos 100 anos de independência formal, os filipinos foram às ruas para protestar. Milhares de manifestantes, empunhando bandeiras vermelhas, algumas com a foice e martelo, protestaram contra a penetração e subjugação do país pelo imperialismo norte-americano. Queimaram bandeiras americanas e gritavam palavras de ordem antiianques.

As Filipinas são um país atrasado semicolonial. Quer dizer que o capitalismo se implantou ali de fora para dentro, mas manteve o atraso geral do país. Conseguiu a independência formal em relação à Espanha, mas se mantém sob a opressão e domínio imperialistas norte-americanos.

A extrema pobreza da população é consequência direta da terrível opressão nacional e social. O instinto antiimperialista que foi manifestado nas ruas favorece a construção de um movimento antiimperialista que, se dirigido pelo proletariado, pode enfrentar o domínio ianque e abrir caminho para a luta anticapitalista. Se o movimento não ultrapassar os marcos do nacionalismo burguês, não poderá romper com as cadeias do jugo imperialista.

Depende da construção do partido revolucionário, que para se constituir assim será a seção nacional do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional marxista-leninista-trotskista.

Internacional

História do Trotskismo no Brasil



No Massas 115 vimos como o Partido Socialista Revolucionário (PSR) se preparou para as eleições presidenciais e a constituinte em 1945. Com a formação da "Coligação Democrática Radical", que apregoava "uma aliança de todos os matizes que encontram neste programa um ponto de confluência", se aproximaram perigosamente da posição estalinista-reformista da democratização, apesar de apresentar como base da coligação um "Programa de Reivindicações Transitórias", que, na prática, serviu como meros pontos propagandísticos descolados da campanha.

A Frente Única Proletária x Frente Popular

Em sua luta contra o estalinismo, os trotskistas brasileiros do PSR procuravam mostrar, através das páginas de seu jornal "Orientação Socialista" (novembro de 1946), que a FUP era uma necessidade para uma maior unidade da classe operária perante a burguesia, propondo para isso a unidade de anarquistas, socialistas, estalinistas e trotskistas.

Criticavam, corretamente, as

teses dos estalinistas brasileiros da feudalidade para nosso país, que viam a possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo progressista no Brasil.

Nessa época, Prestes deixava bem nítida a noção de que haveria uma suposta relação entre o desenvolvimento capitalista e o papel da indústria nacional: "os problemas que enfrentamos são no essencial problemas da revolução democrática burguesa" (...) "sua solução interessa ao proletariado que, em países como o nosso, sofre menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento econômico capitalista" (Problemas Atuais da Democracia).

O PSR rebatia as teses de Prestes afirmando ser impossível a democracia formal burguesa nos países que entraram tardiamente no mercado mundial, pois a burguesia não consegue criar mecanismos mais ou menos duradouros, tanto de cunho político como social, que mantenham a classe operária inerte, ou seja, sem que implementem seus métodos de ação direta (Nada de Ilusões, OS nº 6, fevereiro de 1947).

Como pudemos perceber, ape-

sar da crítica que o PSR fazia aos estalinistas, pelas ilusões destes com relação à pretensa burguesia "progressista", os trotskistas, por sua deficiência teórica e falta de penetração nos movimentos, acabaram travando este debate apenas na campanha eleitoral, ao invés de procurar canalizar o descontentamento das massas oprimidas em um movimento de luta multitudinário.

Isso em grande parte se colocou pela necessidade de se contrapor à frente popular estalinista, e levou a fazerem uma análise superficial sobre a realidade nacional.

Ao se colocarem pela FUP (própria para os países altamente desenvolvidos, onde o proletariado é majoritário), mostraram que não assimilaram que nos países semicoloniais é necessário que o proletariado dirija as demais classes oprimidas pela burguesia nacional e pelo imperialismo, o que só seria alcançado com a construção de uma frente revolucionária antiimperialista, conforme já apontavam as teses do 3º Congresso da III Internacional Comunista.

56 anos da morte de Trotsky

No dia 25 de agosto, foi realizada uma palestra-debate referente aos 56 anos do assassinato de Trotsky a mando de Stalin. A atividade constou de quatro exposições: 1) Síntese biográfica de Trotsky; 2) A concepção da revolução russa elaborada no período de 1905; 3) A constituição da Oposição de Esquerda, de 1923 a 1929; 4) A Revolução Permanente; 5) A Revolução Traída e o Programa de Transição da IV Internacional.

Todas as exposições se concentraram em torno da teoria da revolução permanente e das formulações de Trotsky contra o revisionismo estalinista. Foi demonstrada a rigorosa coerência do pensamento marxista de Trotsky em todo esse período analisado. Se a teoria da revolução permanente foi de extraordinário valor para a revolução proletária de outubro de 1917, igualmente o foi como arma contra a teoria estalinista do "socialismo em um só país", negadora do internacionalismo proletário e canal para as pressões restauracionistas pró-capitalistas.

Explicou-se que em 1905 (título de uma obra, a qual se agrega "Balanço e Perspectivas"), Trotsky, tomando uma formulação originária de Marx, desenvolveu a teoria da revolução permanente, tendo dois eixos básicos. 1) O da lei do desenvolvimento desigual e combinado, p a r t i c u l a r m e n t e manifestada no modo de produção capitalista; 2) O internacionalismo proletário.

Através da lei do desenvolvimento desigual e combinado, comprova-se que o capitalismo mundial combina formas mais avançadas de produção com as mais atrasadas. Condiciona numa mesma unidade países opressores e oprimidos. Ou seja, países imperialistas e nações semicoloniais, de economia atrasada. Essa lei se reflete na própria consti-

tuição interna dos países capitalistas semicoloniais, em que convive a produção industrial moderníssima com formas pré-capitalistas.

Através da observação e estudo dessa lei descoberta pelo marxismo, Trotsky pôde concluir sobre a possibilidade da revolução proletária nos países atrasados, a exemplo da Rússia do início do século. Mais do que isso. Permitiu Trotsky afirmar que já não era mais possível, na época do imperialismo, ocorrer revoluções democrático-burguesas dirigidas pela burguesia.

Assim, já em 1905, explicava que a revolução democrática, oposta aos restos semi-feudais e ao regime czarista, se daria sob a direção do proletariado, em aliança com os camponeses pobres. Isso significava caracterizar a revolução na Rússia como proletária. A particularidade é que combinaria as resoluções das tarefas democráticas burguesas pendentes com as tarefas socialistas de expropriação geral dos meios de produção.

Tal compreensão levou Trotsky a elaborar um conjunto de idéias programáticas em torno da estratégia de poder da classe operária, que se constituía na ditadura do proletariado, verdadeiro conteúdo da aliança operária e camponesa.

O outro aspecto, que é o do internacionalismo, facultou a Trotsky deduzir que a revolução proletária na União Soviética se constituiria apenas no ponto de partida para o desenvolvimento da revolução proletária mundial, tendo por eixo no momento a Europa. Compreendia que a revolução em outros países alavancaria as transformações revolucionárias na Rússia atrasada. Também admitia que sem a revolução em outras latitudes a Rússia revolucionária poderia perecer.

Já em 1923, portanto, numa situação de luta pelo desenvolvimento das forças produtivas sob o Estado Operário, no momento em que o principal dirigente do Partido Comunista, Lenin, se encontrava enfermo, Trotsky constituiu uma Oposição ao poder de Stalin, que começava se implantar. Denunciou o início de um processo de burocratização do Partido Bolchevique e do Estado Operário, com a conseqüente eliminação paulatina da democracia proletária e degenerescência da ditadura do proletariado.

Esse fenômeno expressava a influência da pequena burguesia agrária rica, que permanecia como um poder ameaçador ao futuro da revolução, bem como a permanência de outras camadas urbanas, herdadas do passado. Evidentemente, também das pressões da burguesia internacional.

Nesse quadro, Trotsky expôs todo um plano econômico de industrialização, que fortaleceria a hegemonia do proletariado e reduziria o peso das clas-

ses adversárias. Ao mesmo tempo, reforçou a idéia de que o Estado soviético e a III Internacional deveriam estar rigorosamente voltados para o movimento revolucionário internacional das massas, sem o qual a União Soviética se veria cada vez mais cercada pela superioridade econômica e militar do imperialismo.

Stalin e seus aliados combateram Trotsky em todos esses aspectos. Contrapuseram-se com a teoria revisionista do "socialismo em um só país", apoiando-se falsamente em Lenin. Enquanto as posições de Trotsky manter-se-ão firmes em defesa da democracia proletária, do internacionalismo e de todos os princípios e aspectos táticos dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, a cúpula estalinista burocrática irá renunciar passo a passo o programa do bolchevismo e praticará uma política oscilante entre o esquerdismo e o direitismo oportunista.

Oscilação essa que irá impor profundas derrotas a vários movimentos revolucionários, analisados por Trotsky, como na Alemanha, Bulgária, China e Inglaterra. Tais derrotas favoreceram a linha estalinista de coexistência pacífica com o imperialismo, que permitiu a crescente dependência da burocracia à burguesia mundial.

Assim, desde 1923, a Oposição de Esquerda Russa assinalou e combateu o perigo da restauração capitalista. Já no exílio, Trotsky conclui, a partir de 1933, que a burocratização estalinista da Internacional Comunista era irreversível. Tratava-se de constituir a IV Internacional, como o Partido Mundial da Revolução Socialista. Definiu como tarefa essencial para a União Soviética a revolução política, para destruir a ditadura burocrática e reconstituir a ditadura do proletariado.

Trotsky compreendeu que sem a revolução política e a construção do Partido Mundial da revolução, para impulsionar as transformações nos países capitalistas, o perigo da União Soviética retroceder ao capitalismo era grande. O Programa de Transição da IV Internacional sintetiza esse conteúdo programático, apresenta um conjunto de tarefas e sobretudo, estabelece o método revolucionário de unir o programa mínimo e o programa máximo, para levar o proletariado ao poder (ditadura do proletariado).

Em sua essência, essas foram as idéias expostas e discutidas. E concluímos que não se tratava de homenagear Trotsky fazendo culto à personalidade. Tratava sim de compreender as idéias marxistas-leninistas-trotskyistas para construímos o Partido Operário Revolucionário, uma seção da IV Internacional.



Reunião do Comitê de Enlace

Em meados de agosto, foi realizada a reunião do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. O informe sobre a Bolívia revelou que o POR tem se potenciado a partir das lutas que vêm ocorrendo ultimamente. Há uma clara confluência entre os instintos de combate os trabalhadores bolivianos e o programa do partido trotskista. A tarefa que se coloca é a de elevar o nível político e organizativo da militância trotskista, que permita o partido armar-se devidamente para cumprir seu papel e direção revolucionária nas batalhas que se aproximam. Em relação a Argentina, se analisou a greve geral de 8 de agosto, que se constituiu na mais importante luta da última década. O informe explicou que a greve, assim como os levantamentos populares de Cutralco e Plaza Huinul e as mobilizações de Jujuy e Córdoba são a resposta das massas diante do brutal agravamento das condições de vida da população, já que a economia não consegue sair da recessão. É nesse quadro que se deu a queda do Ministro da Economia, Cavallo. Fato esse que não mudará a linha de submissão do governo Menen ao imperialismo. O POR argentino vem intervindo nas lutas, explicando o caráter burguês do regime e chamando a generalizar os movimentos de massa contra a política global da burguesia. O partido chama a se organizar desde as bases através de um plano de reivindicação, encabeçado pela bandeira "trabalho para todos, distribuição da jornada de trabalho entre empregados e desempregados sem reduzir o salário". Assinala que só com a ação direta das massas, como se tem realizado em Cutralco, se pode defender as conquistas. O Comitê de Enlace verificou que as manifestações populares mostram que as massas se orientam instintivamente a derrubar o governo burguês. E que o POR argentino deve denunciar e explicar a ausência e a quebra das esquerdas nesses movimentos. Cabe dar respostas aos problemas colocados pelos explorados e concretizar o programa partidário nessas respostas. O trabalho tem de partir de um breve balanço de crítica e auto-crítica.

Sobre a Espanha se focalizou a vitória eleitoral do partido direitista burguês PP, pondo fim há 13 anos de governo da Social Democracia PSOE. A vitória foi apertada quando se esperava o contrário. Uma importante parcela das massas continuou votando no corrompido e desmoralizado PSOE, procurando evitar o ascenso da direita. A Esquerda Unida, hegemônica pelo PCE, obteve pobres resultados, também contrários às suas expectativas. A burocracia sindical já se mostra adaptada ao novo governo. Discutindo esse

informe, o Comitê de Enlace recomendou acompanhar o estado de ânimo das massas para elaborar uma resposta política à altura. Na Espanha, é necessário elaborar uma linha político-programática, que inclua um balanço do trotskismo. Trata-se também de constituir inicialmente uma seção européia, que ajude posteriormente o desenvolvimento de seções nacionais.

Sobre a seção chilena, a discussão se centrou mais na questão organizativa. Colocou-se a necessidade de estabelecer um quadro organizativo que possa impulsionar o trabalho de construção do partido revolucionário. Para isso, se deve abordar coletivamente um balanço político organizativo da experiência da seção chilena. O estalinismo deve ser desmascarado diante das massas por sua história e conduta contra-revolucionária.

Sobre o Brasil, o informe político se concentrou em três problemas presentes da luta de classes. 1) Continua o agravamento da luta de classes no campo. A matança dos sem terra em Eldorado de Carajás indica o método de como a burguesia pretende bloquear as ocupações de terra pelos camponeses. Uma parte da direção do MST tende a uma conciliação com o governo em torno da política de assentamentos. O POR defende uma linha de independência de classe que somente a direção proletária pode assegurar, através da aliança operário-camponesa. Em resposta à matança (19 camponeses) colocamos o armamento para a autodefesa.

2. A greve geral de junho/96, ainda que dirigida pela burocracia e sem ter nenhuma bandeira de luta clara, paralisou no país 12 milhões de trabalhadores. Na base do descontentamento das massas com o governo está o desemprego, os baixos salários e a miséria geral. Este acontecimento ainda que limitado a uma parte dos trabalhadores indica uma tendência de luta geral. O Partido tem de se apoiar nesta tendência em torno das reivindicações vitais para projetar a unidade das massas contra o governo e o Estado burguês.

3. Ocorrem eleições municipais em outubro/96. Os partidos burgueses dão muita atenção a elas porque servem para disputa futura do poder central do Estado. O PT fez alianças frentepopulistas com todos os partidos burgueses, de acordo com cada situação regional. A esquerda que se reivindica do trotskismo lançou uma proposta de frente de esquerda com o PT e PCdoB nos moldes da frente popular, com um programa reformista. Este foi o caso do PSTU. Como isto fracas-

sou, o PSTU lançou candidaturas sobre um programa adaptado ao capitalismo. Os altamiristas (Causa Operária) lançaram seu apoio crítico ao PSTU, na realidade sem nenhuma crítica ao programa reformista. O POR faz a defesa de um programa e a bandeira de uma frente única antiimperialista, contrapondo-se à colocação da frente de esquerda eleitoreira. Em sua campanha coloca para as massas o voto nulo programático e em defesa da construção do partido operário revolucionário.

O Comitê de Enlace, enfocou problemas de desenvolvimento organizativo do POR, mostrando a importância da estruturação de militantes profissionais, disciplinadamente organizados em células. Demonstrou-se que a assimilação da disciplina revolucionária dos jovens militantes está na razão direta da boa formação política e ideológica.

Sobre as eleições municipais, faz a seguinte recomendação: É necessário diferenciar o governo central burguês do governo municipal e levar em conta que este último pode se converter em trincheira antiburguesa. Por isso deve se lutar por alcançar que os candidatos sejam eleitos por organizações populares e trabalhem sob a direção e controle destas.

Um ponto particular da discussão se deu em torno do informe da tremenda crise por que passa os múltiplos agrupamentos pseudotrotskistas, que cada vez mais não têm como disfarçar o revisionismo. Em função disso, se abre possibilidade de atar determinadas relações com o Comitê de Enlace. Assim, o Comitê de Enlace aprovou um texto base para iniciar qualquer aproximação. Reproduzimos logo abaixo:

Internacional



Resolução para o trabalho internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Este documento servirá de guia e delimitação para a polémica com outras correntes internacionais.

Internacional



1. Lutamos por reconstruir a IV

Internacional como partido da revolução socialista mundial, baseado no centralismo democrático, partindo do Programa de Transição considerado como um método (e não simples coleção de consignas) que possa permitir projetar a classe operária ao poder através da luta por suas necessidades imediatas. A IV Internacional como partido revolucionário tem caráter conspirativo e desconhece a ordem jurídica de todos os países, o que lhe obriga a ter uma estrutura clandestina e pública.

2. Concordamos com Trotsky quando diz que a crise atual da humanidade é a crise de direção revolucionária, o que importa que a tarefa dos partidos trotskistas e da Internacional consiste em transformar a classe operária de instintiva em consciente, o que supõe que todos os países do mundo têm como necessidade histórica a construção de partidos trotskistas, isto porque não se modificou o amadurecimento do fator objetivo para a revolução social em ne-

nhum país do mundo. O atraso da revolução social se deve exclusivamente ao deficiente trabalho político que se realiza.

3. A Internacional que buscamos deve ser o marco da elaboração coletiva da política internacional, da qual as secções devem se desenvolver.

4. Não nos detemos a discutir os traços pessoais dos líderes da revolução proletária porque nosso objetivo é realizar um trabalho político e porque as linhas fundamentais do marxismo-leninismo-trotskista têm sido ratificadas pelo afundamento internacional do stalinismo, pelo fracasso dos grupos revisionistas do trotskismo e pelo próprio desenvolvimento da sociedade capitalista.

5. Somos partidários da revolução mundial, porém precisamos trabalhar por sua materialização combatendo pela vitória da revolução em nossos próprios países que é consequência da unidade e do amadurecimento da economia mundial e do internacionalismo proletário.

6. Rechaçamos as concepções eurocentristas e as que sustentam as idéias fatalistas de que a revolução de nossa época inevitavelmente irá dos países atrasados até as metrópoles. A revolução em todos os países, social ou política, será o resultado do trabalho que realizem os partidos revolucionários do proletariado, isto é, os partidos trotskistas.

7. Ratificamos que para nós a classe revolucionária por excelência é o proletariado em escala mundial, e sublinhamos que inclusive o campesinato, que vive em comunidades pré-capitalistas e que freqüentemente se levantam em armas, não tem capacidade para desenvolver uma política independente.

8. As nações oprimidas somente poderão se libertar se estruturarem nos países atrasados a frente antiimperialista sob a estratégia do proletariado e que tem como eixo fundamental a aliança operário-camponesa. Nos países adiantados seguimos fiéis à concepção leninista da frente única proletária.

9. Do exposto anteriormente se deduz que é válida a concepção de Trotsky de que o partido é o programa. Se buscamos consumir a revolução nos países em que atuamos e aplicar neles a prática revolucionária temos de conhecer as leis de seu desenvolvimento e transformação, que se concretizam na finalidade estratégica do programa que para nós é a ditadura do proletariado.

10. Negamos a via democrática ou parlamentar para chegar ao poder e como marxistas sustentamos que é a ação direta das massas e a insurreição que permitirá derrocar o governo burguês e instaurar a ditadura do proletariado, que nos países atrasados será um verdadeiro governo operário-camponês.

11. Constitui uma das tarefas fundamentais o armamento das massas e a estruturação de organismos de auto-defesa dos sindicatos, das organizações populares e do próprio partido. Reivindicamos como válida a concepção leninista sobre a política militar do proletariado.

12. Lutamos pela autodeterminação das nacionalidades subjugadas tanto nos países atrasados, nos países da ex-URSS e Leste Europeu quanto nos países capitalistas altamente desenvolvidos, abarcando as nacionalidades ditas e as nações-classe.

La Paz, 18 de agosto de 1996

Camponeses da Colômbia se revoltam contra governo e EUA

As forças armadas da Colômbia, conjuntamente com as tropas da DEA norte-americana, têm realizado uma ofensiva contra os plantadores da folha de coca do país. Assim como na Bolívia, o plantio da folha de coca é uma tradição milenar indígena e para uso medicinal. A fabricação de cocaína é a transformação química a partir da folha de coca e foi criada nos países desenvolvidos (imperialistas). O narcotráfico é expressão da decadência da classe dominante, que recorre a ele como meio lucrativo marginal à economia produtiva e muitas vezes associado à especulação parasitária financeira. Vive e cresce às custas da crise social que mergulha milhões no pântano da dependência

das drogas. O monstro do narcotráfico é uma criatura do capitalismo imperialista, que agora escapa do controle e leva os governos dos países semicoloniais a atacarem os plantadores de folha de coca, que sobrevivem miseravelmente dessa cultura milenar.

Os revolucionários defendem o direito dos camponeses de plantarem o que bem quiserem para sobreviver e combater a ingerência imperialista nos países atrasados. A luta dos milhões de camponeses plantadores de coca contra os governos mario-netes do imperialismo depende de se colocarem pela aliança operário-camponesa e marcharem junto ao proletariado rumo à destruição do capitalismo moribundo.